

ENCONTROS E DESENCONTROS: COLONOS E INDÍGENAS NO POVOAMENTO DE SANTA CATARINA

*ANA LÚCIA VULFE NÖTZOLD**
*ANDREIA MENDES DE SOUZA***

O presente artigo tem como objetivo acompanhar através da Correspondência Oficial e Registros dos Presidentes da Província com as Autoridades Oficiais a elaboração da representação do indígena, bem como as práticas oficiais adotadas em relação à esses indivíduos.

A proposta deste estudo é de investigar a base comportamental das relações estabelecidas entre os indígenas e as autoridades oficiais, indivíduos tão diferentes enquanto sujeitos de uma mesma história, ligados por interesses diferentes, mas ao mesmo tempo lutando pelas mesmas coisas, a questão da ocupação e manutenção da terra.

Partindo da análise das falas oficiais pretende-se perceber de que maneira procederam as autoridades oficiais para resolver essas questões. Que discursos usa-

ram para legitimar suas ações no desenrolar dos acontecimentos?

É essa realidade da colonização que estamos analisando no projeto “Encontros e desencontros: colonos e indígenas no povoamento de Santa Catarina”, apoiado pelo FUNPESQUISA/1999, tendo como espaço físico de discussão e produção acadêmica o LABHIN - Laboratório de História Indígena, Laboratório integrante do Departamento de História da UFSC.

A ocupação do território catarinense por imigrantes no século XIX é colocada até hoje pelo discurso oficial como um grande benefício à prosperidade e ao desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, essa foi uma das conseqüências da ocupação do espaço por grupos de colonizadores, entretanto, não podemos esquecer que esse “progresso” foi precedido de um regresso: a espoliação indígena no povoamento de Santa Catarina.

Pouquíssimas vezes é tratado o assunto da situação indígena nesse contex-

*Professora Adjunta do Departamento de História, Coordenadora do LABHIN - Laboratório de História Indígena- UFSC

**Acadêmica da 5ª fase do Curso de Graduação em História. Bolsista do LABHIN- Laboratório em História Indígena - UFSC

to e principalmente, o modo como isso foi gerido pelas autoridades.

Para termos idéia dos embates que ocorriam, basta levarmos em conta que o governo favorecia grandemente a imigração, mas aos imigrantes omitia o fato de que já existiam moradores aqui. "Imediatamente surgia uma grande clareira na selva e aceiros; posteriormente o fogo e a roça vicejante nas íngremes montanhas do Rio Cubatão, Capivari e dos Bugres desfiguravam a floresta e denunciavam a presença de estranhos"¹ sendo que, a consequência disso tudo foi que os "índios"² tiveram suas terras invadidas sem explicação e permissão alguma.

A parte empírica da pesquisa foi realizada no acervo do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, onde tivemos acesso à documentação oficial, tendo sido possível localizar muitas informações sobre a representação e práticas oficiais em relação a situação de contato entre a população nativa e colonos em Santa Catarina.

Na elaboração de nosso estudo utilizaremos dados coletados das seguintes fontes primárias: Ofícios dos Delegados e Subdelegados de Polícia ao Presidente da Província³ e Correspondência do Presidente da Província para o Chefe de Polícia. Visando um melhor recorte temporal priorizaremos o período que vai do ano de 1830 à 1880.

As etnias que ainda resistiam ao contato em Santa Catarina eram os Xokleng e os Kaingáng que viviam mais afastados do litoral, ou seja, um pouco mais distantes do contato com os conquistadores portugueses e vicentistas. É imprescindível considerar que desde meados do século XVIII os indígenas do Estado de Santa Catarina já passavam por experiências de contato e violência; com a abertura da Estrada de Tropas (1728), o surgimento de Lages (1771) com as fazendas de criação que contribuíram para uma primeira desestruturação do território de caça e moradia dos índios que ali viviam. Tanto é que, "desde a abertura da "estrada de tropas", através dos campos de Lages, no século XVIII, a presença dos Xokleng e Kaingáng nos campos, e nas florestas que cobriam as serras, era confirmada pelos ataques que faziam aos tropeiros. A fundação da Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, por ordem do Morgado de Mateus, governador de São Paulo, tinha como objetivo, entre outros, afugentar os índios da região".⁴

Em 1830, início do período proposto para nossa análise, esse quadro de ocupação do território catarinense é acrescido da figura do imigrante europeu, que chega aqui em 1828 e vai ser distribuído pelo governo central pelas terras brasileiras. Segundo Silvio Coelho dos SANTOS, o Governo e as Companhias de Colonização,

cada um seguindo os seus interesses, não se preocuparam com a presença dos indígenas.⁵

As maiores concessões de terras começaram a ser feitas em 1850, fazendo com que de 1830 à 1850 não fossem registradas nas correspondências oficiais muitas ocorrências que envolvessem conflitos entre colonos e indígenas.

O governo continuava estimulando cada vez mais a vinda de imigrantes ao Brasil e com a venda de porções maiores de terras à partir da segunda metade do século, os índios viam dia após dia o seu espaço ser ocupado sempre muito progressivamente pelas frentes colonizadoras, contudo eles lutaram para que esse contexto fosse mudado.

A partir de 1850 aumentou a ocorrência de enfrentamentos entre indígenas e colonos, sendo que as correspondências oficiais relatam as evidências de que os colonos não estavam seguros em nenhum lugar da Província, pois frequentemente se viam como vítimas das intituladas “correrias” e “assaltos”, dos também denominados bugres⁶ nas documentações oficiais.

Tendo sob análise a documentação já referida faremos uso da mesma para ilustrar alguns aspectos de nossa averiguação, trabalhamos considerando os documentos não como documentos, mas como discursos. Procuramos “atingir a históri-

dade mesma dos textos. Lembrando que a História, para quem analisa discursos, não são os textos em si mas a sua discursividade. Para atingir a historicidade dos textos assim concebida, o procedimento será o de seguir a trama discursiva que tem estabelecido sentidos para o encontro,⁷ sendo que esses discursos surgem como manifestações de linguagem delineando-se o político e os sentidos no discurso da ‘descoberta’ do outro e nos estranhamentos oriundos do encontro dos diferentes .

Na documentação oficial, a figura do indígena raramente é tratada como elemento enquadrado no sistema nacional vigente. Desde a chegada dos primeiros europeus esse processo pode ser verificado, portanto pode-se então colocar que: “Os portugueses descobriram o Brasil. Daí se infere que nossos antepassados são os portugueses e o Brasil era apenas uma extensão de terra... São (*os índios*) desde o começo, o alvo de um apagamento, não constituem nada em si”.⁸

Prova disso são os termos carregados de preconceitos que são atribuídos aos indígenas pelas autoridades; bugres, selvagens, gentios. Termos estes que substituem qualquer tentativa de dar voz à identidade e valor cultural dos índios enquanto elemento original da nação que se construía.

Outro aspecto a ser abordado na discursividade da documentação oficial que

cuidava neste caso, da ordem na Província, é que, decididamente, o governo considerava as populações indígenas um obstáculo ao progresso do país. Por inúmeras vezes encontramos nos relatos, opiniões que dão forte impressão de o índio ser portador de características extremamente negativas, como por exemplo, ser chamado de ladrão e assassino.

“Seguem n’esta ocasião destacados para a Freguesia do Tubarão um inferior e oito soldados do Batalhão 12 de Infantaria, á disposição do respectivo Subdelegado, com fim de protegerem os habitantes das immediações, d’aquella Freguesia dos assaltos dos bugres que consta a esta Presidência terem ali apparecido...”⁹

As atitudes de reação dos nativos em relação a proximidade dos colonizadores e sobretudo a violência dos ataques produz uma série de atitudes e construção de discursos que contribuirão na elaboração da representação do indígena, bem como irão povoar o imaginário da população em relação ao grau de “selvageria” dos índios, embora, segundo M. VIGNAUX, o discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade, no entanto, ele funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação.¹⁰

Esses mecanismos, dos quais os discursos oficiais são os mais eficazes, geram uma violência simbólica em relação ao indígena e que será legitimada com as práticas oficiais de defesa adotada, gerando sistematicamente uma situação de permanente insegurança e violência como podemos observar na Correspondência a seguir.

“Hontem a tarde apresentou se me aqui Joaquim José de Miranda, morador no Rio Bonito alem do Matto dos Indios... me haver sua casa atacada pelos Indios no Domingo 17 do corrente depois do meio dia, e que estes lhe mattarão nove pessoas de Sua familia, e que depois queimarão duas casas de Seu Sogro e Cunhado...”¹¹

Quando observamos a referência à acontecimentos como estes e que não foram poucos, percebemos por parte das autoridades a omissão dos motivos pelos quais o indígena tomava tais atitudes, sendo que desde os primeiros contatos a reação do indígena era de se proteger, como bem colocou Caio PRADO Jr., “os nativos se defenderam valentemente; eram guerreiros, e não temiam a luta. A principio fugiam para longe dos centros coloniais; mas tiveram logo de fazer frente ao colono que ia buscá-los em seus refúgi-

os”.¹²

O governo ao fazer as concessões de terra aos imigrantes, já sabendo da existência dos indígenas, não cogitou que estes, ao virem os colonos se estabelecendo em suas terras reagiriam. O fato dos indígenas serem coletores/caçadores talvez tenha sido um determinante para as autoridades oficiais acreditarem que eles iriam recuar sempre, deixando tudo ocorrer na mais pacífica tomada de posse, mas a própria documentação relata como o índio lutou pela sua sobrevivência, que passava pela manutenção dos territórios para caça e coleta.

Envolvido nessa situação extremamente delicada, o Estado intensifica nos seus discursos e práticas oficiais a imagem inexpressiva do índio em todos os aspectos da sua vida e cultura. Um exemplo disso é o ofício do Delegado de Lages, Guilherme Ricken ao Presidente da Província João José Coutinho sobre o estado de ‘civilização’ e a necessidade de sujeitá-los e obrigá-los a trabalhar. “...Parecião sadios, apesar de andarem quasi nus, a sua comida é toda sem sal... Não se Occupão em trabalho algum, e a sua vida consiste em comer e dormir, a poligamia existe entre elles, e nenhuma idéa religiosa apparece entre elles...”.¹³

Essa é mais uma ponta denunciadora em meio à tantas outras evidências, de como as práticas da vivência cultural dos

indígenas eram colocadas como aspectos negativos de seu próprio caráter. “É a política do silêncio em geral: o que é preciso não dizer para poder dizer... se digo “selvagem” para o índio, não posso dizer “cidadão”¹⁴, negando a existência do sujeito/cidadão gera-se mecanismos de silenciamento e apagamento de sentidos onde o sujeito “índio” será privado de voz. No caso do discurso da colonização, o sujeito colonizado não pode ocupar posições discursivas que o colonizador ocupa. Esse silêncio que é imposto ao indígena serve para colocar em funcionamento o apagamento de sentidos e para produzir a resistência.¹⁵

Os índios não eram “imorais” ou vadios, eles só conheciam outra experiência de se mover no mundo; a que não era do homem eurocentrista da época da colonização. Agravando isso, também entra em cena o interesse econômico e político das autoridades que não mediam esforços e meios para que o “progresso da nação” andasse em franco desenvolvimento. Essa idéia fica bem explícita no ofício do Delegado de Polícia Guilherme Ricken ao Presidente da Província: “... Enfim são animaes brutos, que a não serem sujeitos e obrigados a trabalhar, em breve causarão desgraças infalíveis.”¹⁶

Os índios não podem ser entendidos como animais. Os “ataques de índios” que eram presenciados na Província não eram

mais do que reação e consequência do fato de terem lhe sido tomadas suas áreas de caça e coleta. Eles atacavam para se defenderem. Até fome passavam porque tudo estava sendo desmatado, a natureza já não era a mesma sob a ação do homem recém-chegado, o colonizador.

No discurso oficial os “assaltos, ataques, incursões e correrias” que os índios praticavam não eram entendidos como reações defensivas. Eram definitivamente e antes de tudo, ataques dos bugres selvagens de “má índole”¹⁷

Os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação que os converte em discurso, transformando as denominações dadas aos nativos em práticas pejorativas que prevalecem até os dias de hoje. “A enunciação é o ato de produção do discurso.... ao realizar-se, ela deixa marcas no discurso que constrói”.¹⁸

Quando eram comunicados os “ataques” ao Presidente da Província eram solicitadas sempre “providências” ao mesmo, como nos mostram os ofícios de delegados e subdelegados ao Presidente da Província. As providências que geralmente eram tomadas aparecem em expressões como “afugentar ou proteger os habitantes aos lugares mais ameaçados pelos selvagens.”¹⁹ Isso soa como se não houvesse nenhuma forma de violência nas providências tomadas contra as investidas indígenas, contudo isso não ocorreu

dessa maneira.

O primeiro registro do Presidente da Província para o Chefe de Polícia datado de 1861 a respeito de tais medidas que já haviam sido tomadas em relação ao “ataque dos bugres”, o “afugentar” os índios, usado pelo então Presidente, não era simples e ameno como sugere a expressão, a prática era outra. Isso porque em 1861 atuavam nas matas a Companhia de Pedestres criada pela Lei n. 28, de 25/4/1836.²⁰

Com a extinção da Companhia de Pedestres em 1879, pelo Governo, os batedores de mato também deixaram de atuar, pois eram apenas um seguimento reorganizado daquela companhia. A partir daí, os batedores de mato se transformaram em bugreiros.²¹

A preocupação em proteger os imigrantes dos ataques dos indígenas levou a uma série de consequências, onde as atitudes tomadas pelos governantes apenas favoreceu um grau maior de violência contra os indígenas, que naturalmente reagiam à perda de seus territórios, no entanto ninguém se perguntava sobre a razão desses ataques.

“Quando os bugreiros eram chamados por colonos, pelos administradores das colônias ou pelo governo para realizarem expedições de afugentamento do selvagem ,

eles se preparavam verdadeiramente para uma expedição de guerra... O matador de bugres era heroicamente solicitado a contar suas façanhas.”²²

O grau de violência sofrido pelos nativos, a perda de espaços outrora utilizados para caça e coleta, a construção de estradas, o desmatamento e as dificuldades enfrentados para continuarem com a mesma mobilidade nos territórios teve como consequência o enfrentamento, sendo que os indígenas eram vistos como obstáculo para o progresso, que era representado pelo imigrante/colonizador, assim sendo a solução encontrada era o extermínio.

Ainda como última observação chamamos a atenção ao fato de, ao mesmo tempo em que falam em afugentar o “bugre”, nos ofícios de delegados e subdelegados, dão “conta da Polvora e chumbo suprido por João Alves da Rocha e gasto com a diligencia que fez huma Reunião de homens para afugentar os Bugres:

7 [] de Polvora com 28 [] de Chumbo
á razão de 4/000 [] de Polvora com
4 [] de chumbo, Somma em [] 28/000.²³

Após a análise de alguns documentos e práticas oficiais adotadas em relação ao indígena, temos nesses discursos o silenciamento do indígena, mas as reações des-

tes silenciados é a prova de sua resistência e portanto, podemos buscar o significado desses contatos não somente nos discursos das autoridades e sim compreender o que não estão dizendo com relação ao indígena.

Não podemos ficar eternamente presos aos nossos preconceitos que perpassam séculos, sem que estes sejam seriamente analisados. A população indígena do nosso estado enfrenta desde os primórdios da nossa colonização a construção de idéias pré-concebidas a seu respeito, que fizeram com que a sua real situação perante a sociedade nacional nunca pudesse ser conhecida sem nenhuma desconfiança. É dado o momento de desfazer-se os equívocos que apagaram e continuam apagando a voz e a vez do elemento indígena, pois “o discurso nada mais é do que um jogo, de escritura, no primeiro caso, de leitura, no segundo, de troca, no terceiro”.²⁴

Essa primeira elaboração de resultados não tem o objetivo de uma reconstituição histórica dos contatos entre indígenas e colonizadores, procuramos refletir sobre a possibilidade de diferentes olhares sobre essa questão, procurando considerar a unidade dos discursos, sendo um processo em curso, onde devemos considerar o discurso como um conjunto das práticas dentro de um contexto histórico, considerando os dizeres de Eni OR-

LANDI: "... sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não ditos que também significam",²⁵

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Conta enviada pelo 1º substituto do delegado de Lages Joze João da Costa Calles ao Presidente da Província João José Coutinho em 22/02/1857.

Correspondência do Presidente da Província para o Chefe de Polícia em 16/12/1863.

Correspondência do Presidente Francisco Carlos d'Araujo ao Chefe de Polícia José de Araújo Brusque em 1º/04/1861.

Correspondência do Presidente da Província representado pelo vice-presidente Francisco José de Oliveira ao Chefe de Polícia em 19/02/1864.

FIORIN, José Luiz. Elementos de análise do discurso. São Paulo: Contexto, 1999.

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

JOCHEN, Toni Vidal. A Epopéia de uma Imigração. Águas Mornas - SC : Ed. do autor, 1997.

Ofício do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Presidente João José Coutinho em 10/03/1855.

Ofício do Delegado de Polícia Guilherme Ricken ao Presidente João José Coutinho em 20/04/1853.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999.

— Terra à Vista!: discurso no confronto: velho e novo Mundo. São Paulo: Cortez /Campinas, SPI: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1990 .

PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil . 34ª ed., São Paulo: Brasiliense , 1986.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil - A dramática Experiência dos Xokleng. Florianópolis: Edeme, 1973.

— Os índios Xokleng. Memória visual. Florianópolis: Ed. Da UFSC;[Itajaí]: Ed. Da UNIVALI, 1977, p.23.

VIGNAUX, M. "Argumentation et Discours de la Norme. In: Langages, n.53, Larousse, Paris, 1979.

NOTAS

(1) JOCHEM, Toni Vidal. A epopéia de uma imigração: resgate histórico da imigração, fundação da Colônia Alemã Santa Isabel e emancipação político-administrativa do município de Rancho Queimado. Águas Mornas: Ed. Do Autor, 1997, p. 176.

(2) Utilizaremos essa nomenclatura para facilitar o entendimento, apesar de sabermos que não é o mais correto.

(3) Catalogado por: SCHEIBE, Fernando. Núcleo de Estudos Portugueses, UFSC, 1996. mimeo.

(4) SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil - A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: EDEME, 1973, p. 54.

(5) Idem, pp. 54-90.

(6) O termo catalogado no Novo Dicionário AURÉLIO, tem o seguinte significado: Bugre-designação genérica dada ao índio, especialmente o bravo e/ou aguerrido. Indivíduo desconfiado, arreado, inculto, grosseiro, rude, p. 232.

- (7) ORLANDI, Eni P. Terra à vista!: discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez;/ Campinas, SPI: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1990, p. 18.
- (8) Idem, p. 56.
- (9) Correspondência do Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, para o Chefe de Polícia ,em 16/12/1863.
- (10) VIGNAUX, M. "Argumentation et Discours de la Norme. In: Langages, n.53, Larousse, Paris, 1979.
- (11) Ofício do Delegado de Polícia Guilherme Ricken ao Presidente João José Coutinho em 20/04/ 1853.
- (12) PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 34a ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 35.
- (13) Ofício do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Pres. João José Coutinho datado de Lages 10 de Março de 1855.
- (14) ORLANDI, Eni P. Terra à vista!... Op. Cit., p. 52.
- (15) Ibidem.
- (16) Ofício do Delegado de Lages Guilherme Ricken ao Pres. João José Coutinho datado de Lages 10 de Março de 1855.
- (17) Termo usado pelo delegado Munique Cardoso Ribeiro ao Presidente Lourenço Albuquerque em 08/06/1878 ao comunicar a presença dos "índios" em Rio Bonito.
- (18) FIORIN, José Luiz. Elementos de Análise do discurso. São Paulo: Contexto, 1999, p. 39.
- (19) Correspondência do Presidente Francisco Carlos d'Araújo ao Chefe de Polícia José de Araújo Brusque em 10 /04/1861 e Correspondência do Presidente da Província representado pelo vice-presidente Francisco José de Oliveira ao Chefe de Polícia em 19/02/ 1864.
- (20) SANTOS, Sílvio Coelho dos. Os Índios Xokleng. Memória Visual. Florianópolis: Ed. Da UFSC; [Itajaí]: Ed. Da UNIVALI, 1977, p. 23.
- (21) SANTOS, Sílvio Coelho dos. Índios e brancos... op. Cit., p. 76.
- (22) Idem, pp. 83-87.
- (23) Conta enviada pelo 10 substituto do Delegado de Lages Joze João da Costa Calles ao Presidente da Província João José Coutinho, em 22/02/ 1857.
- (24) FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1999, p. 49.
- (25) ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999, p. 82.